



REGULAMENTO DO CONCURSO

(a que se refere a al. e) do artigo 22.º do Decreto-Lei nº 33/2021, 14 de abril)

[Click aqui para se candidatar](#)

REGULAMENTO DO CONCURSO COMUM

PARA REGULARIZAÇÃO DE PESSOAL QUE DESEMPENHA FUNÇÕES TÉCNICAS PERMANENTES MEDIANTE VÍNCULO PRECÁRIO NO MINISTÉRIO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I.

Identificação da Entidade promotora

1. **Entidade promotora do concurso:** Ministério da Modernização do Estado e Administração Pública
2. **Direção de Serviço/departamento:** Direção Nacional da Administração Pública e Direção Nacional da Modernização do Estado.

II.

Identificação do procedimento concursal

1. **Procedimento concursal N.º:** 02/MMEAP/2022
2. **Tipo de Concurso:** Procedimento Concursal Comum
3. **Modalidade quanto à origem dos candidatos:** restringe-se aos candidatos constantes da lista definitiva do pessoal abrangido no programa de regularização de vínculos precários - PRVPAP, anexo I, ao presente regulamento que dele faz parte integrante.
4. **Modalidade quanto à natureza das vagas:** Ingresso em regime de carreira
5. **Fundamentação para abertura do procedimento concursal:** O presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PRVPAP, para



regularização das situações de vínculo precário nos termos previstos nos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei nº 33/2021 de 14 de abril.

III.

Cargo/Nível/ Habilitações literárias de Base/Área de Formação/Número de vagas / Forma de vinculação/Regime/ Remuneração

Cargo/Nível I	Habilitação literária de base	Área de formação	Número de vagas	Forma de vinculação	Regime	Remuneração ilíquida
Técnico Nível I (DNAP)	Licenciatura	Administração Pública	1	Nomeação	Carreira	67.396 \$00
		Relações Públicas	1			
		Ciências Políticas	3			
Técnico Nível I DNME	Licenciatura	Administração/Gestão/Administração Pública	8	Nomeação	Carreira	82.559 \$00
		Informática de Gestão	4			
		Relações Públicas	6			
		Sociologia	3			
		História	1			
		Serviço Social	1			
		Engenheiro Informático	1			
		Ciências de Educação	1			
		Planeamento e Desenvolvimento de Turismo	1			



IV.

Requisitos/perfil/disponibilidade/atribuições

1. **São requisitos obrigatórios para ingresso:**
 - a) Constar da lista final definitivo do pessoal abrangido no MMEAP no âmbito do Programa de regularização de Vínculos precários no MMEAP;
 - b) Ter nacionalidade Cabo-verdiana, quando não dispensada pela constituição, convenção internacional ou lei especial;
 - c) Ter idade não inferior a 18 anos;
 - d) Ter robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao específico exercício das respetivas funções;
 - e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não estar interditado para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
 - f) Habilitação literária que confere o grau de licenciatura;

2. **O candidato deve estar disponível para:**
 - a) Ocupar imediatamente o cargo;
 - b) Exercer funções em qualquer lugar onde a entidade promotora tiver ou vier a ter os serviços.

3. **São atribuições da DNAP:**
 - a) Propor e executar as políticas públicas de recursos humanos na Administração Pública nomeadamente no que se refere aos regimes, de emprego, de trabalho e de carreiras, ao estatuto remuneratório e ao regime de proteção social aos trabalhadores, independentemente da natureza do respetivo vínculo laboral;



- b) Apoiar os serviços e organismos do sector público administrativo nas discussões com as organizações sindicais sobre as revisões e alterações salariais dos demais benefícios de carácter económico;
- c) Avaliar, nomeadamente no que diz respeito às matérias sobre vínculos, carreiras e remunerações, o desenvolvimento do regime jurídico do trabalho na Administração Pública, identificando necessidades de intervenção corretiva que salvaguardem a sua coerência e equidade;
- d) Promover a uniformidade, a coerência e a equidade na aplicação do sistema de avaliação de desempenho da Administração Pública, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu regime jurídico;
- e) Fazer estudos e propor ações tendentes ao controlo do crescimento da função pública ao seu descongestionamento e à implementação de medidas de reconversão e reclassificação;
- f) Promover através dos adequados instrumentos de mobilidade e reafecção de pessoal, a redistribuição dos afetivos da função pública, designadamente o pessoal subutilizado ou constituído em excedente;
- g) Gerir os programas de estágios profissionais na Administração Pública de acordo com a legislação em vigor;
- h) Realizar ou promover ações de formação e aperfeiçoamento profissional abertas à função pública e, bem assim, ações específicas nas matérias que lhe forem solicitadas por serviços e organismos públicos;
- i) Estudar, aplicar e fomentar a utilização de técnicas e métodos de psicologia e psicossociologia do trabalho e promover estudos e atividades de orientação e aconselhamento profissional, tendo em vista uma mais adequada utilização dos recursos humanos;
- j) O que mais que lhe for cometido por lei, regulamento ou por determinação superior.

4. São atribuições da DNME:



- a) Conceber, propor, coordenar a nível central e definir diretrizes estratégicas e políticas de aceleração da implementação das medidas de modernização administrativa e transformação digital na Administração Pública;
- b) Propor, apoiar, coordenar e avaliar a formulação de políticas públicas no domínio das TIC e da governação eletrónica;
- c) Propor, coordenar e avaliar a nível central a execução de medidas de políticas de modernização administrativa, em articulação com outros setores, tendo em vista a melhoria do atendimento nos serviços públicos e a melhoria do ambiente de negócios;
- d) Apoiar o desenvolvimento e a manutenção de um modelo de governação e gestão das tecnologias de informação dos serviços da Administração Pública;
- e) Promover, dinamizar e acompanhar o processo de difusão da sociedade da informação na Administração Pública, nomeadamente no que concerne à adoção de soluções de administração pública eletrónica;
- f) Gerir e coordenar os canais de atendimento integrado, na sua vertente presencial através da Casa do Cidadão e sistemas de balcões multisserviços integrados, na sua vertente remota, quer seja via web através do portal «porton di nós Ilha», quer seja via voz através do «centro de serviços»;
- g) Promover a realização de estudos e estimular atividades de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de divulgação de boas práticas, nas áreas da simplificação administrativa e da administração eletrónica;
- h) Promover e coordenar a realização de estudos, investigação, análises estatísticas e relatórios nas áreas de simplificação, inovação e modernização administrativa, e governação digital que, estimulem o desenvolvimento de novos modelos de prestação dos serviços público;



- i) Promover, desenvolver e gerir guias, documentos, manuais e modelos que garantam a interoperabilidade dos sistemas de informação na Administração Pública e nos demais departamentos governamentais;
- j) Emitir parecer prévio e acompanhar a implementação dos projetos e programas de investimento público nas áreas de modernização e simplificação administrativa e, administração eletrónica;
- k) Propor a criação e dirigir equipas de trabalho, de natureza transitória de carácter interministerial, visando a criação de um quadro regulatório para o processo de simplificação e modernização administrativa e administração eletrónica;
- l) Coordenar a rede interministerial de modernização e simplificação administrativa e, governação digital;
- m) O mais que lhe for cometido por lei, regulamento ou superiormente determinado.

V.

Apresentação de candidaturas

1. Forma e lugar de apresentação de candidaturas

[Click aqui para se candidatar](#)

- a) As candidaturas e as notificações são preferencialmente efetuadas por correio eletrónico;
- b) A apresentação das candidaturas em suporte papel são efetuadas na Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do MMEAP, no ato de receção da candidatura efetuada presencialmente, é obrigatória a emissão de recibo, que deve ser guardado.
- c) A **apresentação** da candidatura em **suporte eletrónico** é efetuada na plataforma eletrónica: **limesurvey** em utilização na DNAP, devendo os candidatos imprimir e guardar o correspondente recibo comprovativo.



- d) Na **apresentação** da candidatura ou de documentos **através de correio registado** com aviso de receção atende-se à **data do respetivo registo** para efeitos de contagem do prazo de impugnação.
- e) A candidatura enviada através de correio registado deve ser dirigida ao **DGPOG** do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, através do seguinte endereço:
 - Rua António Lerenó,
Sede do Ministério da Modernização do Estado e Administração Pública, sito no Plateau, em frente à Praça António Lerenó.

2. Prazo para apresentação de candidaturas:

O prazo de submissão de candidatura é de, **10 (dez) dias úteis**, a contar do **5.º (quinto) dia seguinte** ao da publicação do presente regulamento de concurso no site <https://dnap.gov.cv>, página eletrónica da DNAP.

3. Documentos a apresentar:

3.1. No ato de candidatura os candidatos devem **apresentar obrigatoriamente** os seguintes **documentos** e informações comprovativos da titularidade dos requisitos legalmente exigidos para o provimento das vagas a preencher:

- a) Requerimento de candidatura cujo formulário encontra-se como anexo II, ao presente regulamento;
- b) Fotocópia do documento de identificação;
- c) Fotocópia do Atestado médico válido, para a prova da robustez física e perfil psíquico emitido pela delegacia de saúde do local de residência, com validade de pelo menos seis meses;
- d) Fotocópia do Atestado de registo criminal válido, para a prova da habilitação para o exercício de funções públicas;
- e) Fotocópia do Certificado de conclusão de curso realizado em Cabo Verde, ou Certificado de equivalência, em caso de curso realizado fora de Cabo Verde, para prova de habilitações literárias exigidas para o exercício do cargo e do desempenho das funções a ocupar;



3.2.O candidato pode ainda apresentar:

- a) Curriculum Vitae detalhado, atualizado e assinado;
- b) Fotocópia de Certificados ou comprovativos de formações complementares realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura;

3.3.A falta dos documentos referidos nas alíneas a) a e), do número 3.1, no dossier de candidatura, implica a **exclusão** do candidato na Verificação Documental.

3.4. Assiste ao júri do concurso a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

3.5. **A DNAP não se responsabiliza pelas candidaturas que deixem de ser concretizadas na plataforma eletrónica por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que não sejam da sua responsabilidade.**

VI.

Verificação documental

1. Findo o prazo para a apresentação de candidaturas, procede-se à verificação documental.
2. A verificação documental consiste na atividade de verificação, da entrega pelos candidatos de todos os documentos considerados obrigatórios de acordo com o regulamento de concurso.
3. Na verificação documental, **são excluídos os candidatos** que:
 - a) Não procedam à entrega de pelo menos 1(um) dos documentos obrigatórios exigidos no concurso;
 - b) Procedam à entrega dos documentos obrigatórios exigidos, fora do prazo estabelecido no regulamento do concurso;
4. Nesta fase, o Júri de concurso verifica ainda, a capacidade de o candidato com deficiência exercer a função, mediante a análise do documento médico oficial que comprove a deficiência.



5. Finda a verificação documental, é elaborada a **lista final de candidaturas admitidas e não admitidas**, que deve conter de forma sucinta, as razões de exclusão dos candidatos e a indicação expressa do prazo para reclamação.

VII.

Métodos de seleção aplicados no concurso

1. Para efeito de seleção dos candidatos no presente concurso, são aplicados **obrigatoriamente** os seguintes métodos de seleção:
 - a) Triagem curricular;
 - b) Entrevista de seleção.
2. Os métodos referidos no número anterior são, aplicados **de forma faseada**, por ordem de precedência com que são enunciados no número anterior e **têm caráter eliminatório**.
3. **Triagem curricular** - visa verificar a posse da habilitação académica de base requerida no concurso, concluídas, reconhecidas ou certificadas pelas entidades competentes, com base na análise do respetivo certificado de equivalência ou certidão de curso na(s) área(s) solicitada(s), à data do término das candidaturas;
 - 3.1. O resultado da triagem curricular é expresso da seguinte forma:
 - a) **Aceite**, quando o currículo do candidato se adequa ao perfil mínimo da função previamente definido no presente regulamento.
 - b) **Não aceite**, quando o currículo do candidato não se adequa ao perfil mínimo da função previamente definido no presente regulamento.
 - 3.2. No método de triagem curricular, **os candidatos são excluídos** pelos seguintes **motivos**:
 - a) Não cumprimento dos requisitos gerais e especiais obrigatórios definidos no presente regulamento, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos;



- b) Desadequação do perfil designadamente, da habilitação literária de base, da experiência profissional ou de outros requisitos, face ao perfil da função.
- 3.3. Na avaliação curricular apenas são considerados os elementos cuja comprovação consta do dossier de candidatura.
4. **Entrevista (E)** - visa avaliar e comparar de forma objetiva e sistemática, os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o júri e o candidato, designadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e expressão e de relacionamento interpessoal, as aptidões e motivações dos candidatos.
- 4.1. A aplicação da entrevista de seleção baseia-se num guião, composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com os aspetos referidos no número anterior.
- 4.2. O resultado da entrevista de seleção é valorado na escala de **0 a 20 valores**, com a valoração até às décimas, considerando-se **positiva a pontuação igual ou superior a 10 valores**.
- 4.3. O resultado da entrevista de seleção é, expresso da seguinte forma:
- a) **Muito favorável**, correspondendo-lhe a pontuação igual ou superior a 15 valores;
 - b) **Favorável**, correspondendo-lhe a pontuação de **10 a 14 valores**;
 - c) **Não favorável**, correspondendo-lhe a pontuação inferior a 10 valores.
- 4.4. Na entrevista, **são excluídos** os candidatos que:
- a) Não compareçam na entrevista de seleção;
 - b) Revelem uma desadequação ao perfil exigido;
 - c) Tenham obtido uma valoração inferior a 10 valores.

VIII.



Classificação e ordenação final dos candidatos após aplicação de cada método de seleção

1. Após a aplicação dos métodos de seleção, é elaborada a lista de classificação final **provisória** dos candidatos **excluídos** do concurso e **admitidos** à fase seguinte.
2. Findo os prazos para as reclamações e para o recurso ou decididos os que forem interpostos o júri elabora as **seguintes listas de classificação final definitivas**:
 - a) a lista de classificação final dos candidatos admitidos à etapa de aplicação do método seguinte;
 - b) a lista de classificação final dos candidatos excluídos do concurso.
3. Nos métodos de seleção Triagem curricular em que o **resultado não é valorado** as listas de classificação final dos candidatos, são **ordenadas por ordem alfabética**.
4. No método de seleção Entrevista em que o **resultado é valorado na escala de 0 a 20 valores**, as listas são **ordenadas por ordem decrescente**.
5. Na elaboração das listas a classificação final dos candidatos o resultado dos métodos deve ser expressa de seguinte forma:
 - a) **Aceite e não aceite** após a triagem curricular;
 - b) **Muito favorável, favorável e não favorável** após aplicação da entrevista de seleção;
6. As listas de classificação final provisória, devem indicar os prazos e as entidades junto da qual o candidato interessado pode reclamar e, ou interpor recurso, em caso de discordância com a sua classificação final e ou graduação na respetiva lista.

IX.

Classificação e ordenação final dos candidatos no concurso



1. Após a aplicação do método de seleção entrevista é elaborada a lista de classificação e ordenação final provisória dos **candidatos aprovado e não aprovado no concurso**.
2. A lista de classificação e ordenação **final provisória é unitária**, e indica:
 - a) A classificação final de cada candidato, ordenada por ordem decrescente;
 - b) A indicação dos prazos e da entidade junto da qual o candidato interessado pode reclamar e interpor recurso hierárquico em caso de discordância com a sua classificação final e ou graduação na respetiva lista.
3. Findos os prazos para as reclamações e os recursos ou decididos os que forem interpostos, o júri elabora as **seguintes listas finais definitivas**:
 - a) Lista final definitiva dos candidatos **aprovados** para o provimento das vagas abertas ao concurso.
 - b) Lista final definitiva dos candidatos **excluídos** do concurso;
4. As listas devem indicar os prazos e as entidades junto da qual o candidato interessado pode reclamar e, ou interpor recurso, em caso de discordância com a sua classificação final e ou graduação na respetiva lista.

X.

Publicação dos resultados

1. As listas resultante da verificação documental, da aplicação de cada um dos métodos de seleção, e classificação final são publicadas no site <https://dnap.gov.cv>, página eletrónica da DNAP .
2. A **notificação dos candidatos** é efetuada com a publicação da lista final provisória dos candidatos excluídos do concurso e admitidos à fase seguinte do procedimento concursal.
3. São ainda publicadas as informações relativas à data, hora, local da entrevista de seleção e quaisquer outras informações pertinentes cuja necessidade surja no decorrer do procedimento.



4. A consulta das listas e das informações publicadas é da inteira responsabilidade do candidato.

XI.

Acesso à informação

1. Para os esclarecimentos relativos ao regulamento de concurso, submissão das candidaturas e publicação das listas e recurso, o candidato deve contactar a DNAP através dos números de telefone: 3337304/2607410.
2. Para as demais informações relacionadas ao concurso o candidato deve contactar o presidente da comissão de gestão do processo de recrutamento da entidade promotora ou elemento da comissão designado como ponto focal para o procedimento concursal, através dos telefones: 3337303 ou através do endereço de correio eletrónico djamila.b.soares@mmeap.gov.cv
3. Os candidatos podem ter acesso ao seu dossier de candidatura no serviço de recursos humanos da entidade promotora do concurso.

XII.

Reclamações

1. As listas finais provisórias dos candidatos excluídos do concurso, e admitidos ao método de seleção seguinte, elaboradas na sequência da verificação documental ou da aplicação de cada um dos métodos de seleção previstos no presente regulamento, são passíveis de reclamação pelos candidatos.
2. Apenas é aceite uma reclamação de exclusão de candidatos, desde que se fundamente na existência de irregularidades ou incumprimentos das regras legais ou regulamentares aplicáveis aos procedimentos concursais.
3. As reclamações dos candidatos são apresentadas, nos seguintes prazos:



- a) **Três dias úteis**, após a publicação das listas de classificação final provisórias de candidatos admitidos e excluídos no termo da verificação documental ou da aplicação de cada um dos métodos de seleção utilizados;
- b) **Cinco dias úteis**, após a publicação da lista provisória da classificação final do concurso.

As reclamações dos candidatos são **dirigidas ao Presidente do júri de concurso** e quando apresentadas em suporte papel entregue **nas instalações do DGPOG ou serviço de recursos humanos da entidade promotora de concurso**, ou quando apresentadas por via eletrónica através do seguinte endereço de correio eletrónico flavio.pina@mmeap.gov.cv.

4. Em qualquer dos casos, deve o candidato imprimir e guardar o respetivo comprovativo.
5. A **decisão sobre a reclamação** deve ser proferida e comunicada ao candidato reclamante pela mesma via que este a apresentou, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** a contar do dia seguinte à sua apresentação **sob pena de indeferimento tácito**.

XIII.

Recurso

1. As **decisões sobre as reclamações dos candidatos e as listas de classificação final definitiva** após a homologação do relatório de concurso são **passíveis de recurso pelos candidatos**.
2. Apenas é **aceite recurso** de exclusão de candidatos e de homologação da lista final definitiva dos candidatos, desde que se **fundamente na existência de irregularidades ou incumprimentos das regras legais ou regulamentares aplicáveis aos procedimentos concursais**.



3. O recurso dos candidatos é interposto no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação da decisão proferida pelo júri de concurso sobre a reclamação ou da publicação da lista final definitiva.
4. Os recursos dos candidatos em concursos abertos na Administração Pública Central, direta ou indireta, são dirigidos ao dirigente máximo do Serviço Central, quando apresentados em suporte papel na receção do Serviço Central ou quando apresentados por via eletrónica através do seguinte endereço do correio eletrónico: recursos.recrutamentos@gmail.com.
5. Em qualquer dos casos, os candidatos devem imprimir e guardar o recibo comprovativo da apresentação do recurso.
6. A decisão sobre o recurso interposto deve ser proferida e comunicada ao recorrente pela mesma via que este o interpôs, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do dia seguinte à sua apresentação, sob pena de indeferimento tácito.

XIV.

Cessação dos procedimentos concursais

O presente procedimento concursal cessa com o preenchimento das vagas constantes dos correspondentes anúncios de abertura.

XV.

Prazo de validade do Concurso

O presente concurso é válido pelo prazo de dois anos após a data da publicação da lista de classificação final definitiva.

XVI.

Data de publicação do regulamento

O presente regulamento foi publicado no dia 06 de setembro de 2022.



ANEXO I

LISTA DO PESSOAL QUE PODE CANDIDATAR-SE NO CONCURSO DE REGULARIZAÇÃO DE VÍNCULOS PRECÁRIOS NO MMEAP

A presente lista definitiva contém a identificação do pessoal abrangido pelo programa de regularização de vínculo precário no Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 33/2021 de 14 de abril.

Lista definitiva do pessoal abrangido no PREVPAP no MMEAP		
	Nome do requerente	Serviço a que está afeto
1.	Ana Matilde Silva Sousa	DNAP/DRHEP
2.	Nicolau Furtado de Pina	DNAP/DSSS
3.	Lúcia Eneida da Veiga Vieira	DNAP/DRHEP
4.	Adnizia Marisa Ribeiro Fortes	DNAP/DSSS
5.	Maria de Lourdes Semedo Rosa	DNAP/DSSS
6.	Ana Isabel Fernandes Sanches	CC
7.	Ana Sofia Fortes Brandão Lush	CC
8.	Angela de Jesus Rocha Afonso	CC
9.	Carlos Manuel dos Reis Mendonça	CC
10.	Cármén Sónia Semedo Varela	CC
11.	Coralie Iréne Ramos Leite	CC
12.	Dilene do Rosário Pires Assunção	CC
13.	Elcio Marcos Nascimento Lima	CC
14.	Elisandro Sousa Sanches Carvalho Martins	CC
15.	Elisângela Sofia Andrade Fonseca	CC
16.	Francisca da Cruz de Brito	CC
17.	Heidi Lúcia Teixeira	CC



Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública

Direção Nacional da Administração Pública

18.	Ilizeu dos Anjos Furtado Varela	CC
19.	Ivanilda de Fátima Monteiro Louro	CC
20.	Janine Helena Fortes Henriques	CC
21.	José António Sanches Nunes	CC
22.	Juvenal Pereira	CC
23.	Lázaro Celso Silva	CC
24.	Lulinda Soares Brito	CC
25.	Maria da Luz Rodrigues	CC
26.	Natalina de Fátima Delgado da Graça	CC
27.	Osvaldina Augusta Francisca Silva Mendes Soares	CC
28.	Ricardina Cardoso Lopes	CC
29.	Sara Carline Margareth Borges Varela	CC
30.	Suzete Ramos Fortes	CC
31.	Tatiana da Luz Gomes Évora Lima	CC



ANEXO II

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL DE REGULARIZAÇÃO DE VÍNCULO PRECÁRIO NO MMEAP

(a que faz referência ao ponto VI, n.º 3, 1, a) do Regulamento)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL

Procedimento concursal n.º _____

Publicado no B.O n.º _____ de ____/____/____.

Entidade promotora do concurso:

2. CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Carreira do regime

_____ Cargo _____

Área de atividade

3. DADOS PESSOAIS

Nome completo:

Data de nascimento:

Sexo: Masculino

 Feminino

Nacionalidade: _____

BI/CNI: N.º _____ Data de
emissão: ____/____/____

NIF: _____



4. RESIDÊNCIA

Rua:

Localidade

Concelho:

Ilha:

5. CONTACTO

Telefone:

Telemóvel:

Correio eletrónico:

6. NÍVEL HABILITACIONAL

Licenciatura

Mestrado

Doutorado

2.1 Identifique o curso e /ou área de formação:



2.2 Indique cursos de pós – graduação- mestrado ou doutoramento:

7. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FUNÇÕES EXERCIDAS

3.1 Funções exercidas, diretamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:

Funções	Data	
	Início	Fim

3.2 Outras funções e atividades exercidas:

8. REQUISITOS DE ADMISSÃO

Declaro que reúno os requisitos gerais previstos no artigo 26.º da Lei de Bases da Função Pública e no regulamento do concurso de regularização.

Sim

Não



9. NECESSIDADES ESPECIAIS

8.1 Caso o candidato tenha alguma deficiência comprovada que não inabilite a execução de tarefas inerentes à função ou cargo a desempenhar indique abaixo e junte o documento comprovativo ao presente formulário.

Data: _____ / _____ / _____

Assinatura

Documentos que anexa à candidatura:

Cópia de doc. de identificação

Certificado de habilitações
literárias

Comprovativos de Formação
complementar (Quantidade _____)

Outros
